HELCIMARA TELLES
Presidente da ABRAPEL - Associação Brasileira de Pesquisadores Eleitorais e professora da UFMG

O catolicismo volta ao palco da eleição

Uma informação envolvendo Nossa Senhora Aparecida irrompeu na campanha presidencial e, em poucas horas, atravessou redes, púlpitos e grupos políticos. Não se tratava apenas de religião: tratava-se de identidade nacional, de memória coletiva, de um símbolo que, para milhões de brasileiros, ocupa um lugar que nenhuma disputa eleitoral deveria profanar e, no entanto, foi profanado.

A história nasceu de um projeto de lei antigo, quase esquecido, arquivado desde 2008 e sem qualquer relação com a candidatura de Flávio Bolsonaro. Ainda assim, a associação entre o candidato e uma suposta tentativa de retirar de Nossa Senhora o título de Padroeira do Brasil ganhou circulação veloz, como costumam ganhar as narrativas que tocam o sagrado. E, ao fazê-lo, produziu um efeito político imediato.

O mais revelador, porém, não está na origem da controvérsia, mas no que ela desencadeou. Uma campanha que vinha tratando a religião sobretudo pelo prisma evangélico viu, de repente, o catolicismo, silencioso, majoritário, estrutural, voltar ao centro da conversa.

O EPISÓDIO

Em 2007, o então deputado Victório Galli apresentou o Projeto de Lei 2.623/2007, propondo alterar a redação da lei que instituiu o feriado de 12 de outubro. Em vez de "Padroeira do Brasil", o texto sugeria "Padroeira dos brasileiros católicos apostólicos romanos". O projeto foi rejeitado e arquivado no ano seguinte.

Nada disso tem relação com Flávio Bolsonaro. Nada disso está em tramitação. Nada disso compõe o programa de sua candidatura.

Mas, na quinta-feira, durante o Em Pauta, da Globo-News, uma menção a uma suposta mobilização evangélica em torno de um projeto sobre a Padroeira abriu espaço para uma associação que, embora corrigida horas depois, já havia se espalhado. A emissora pediu desculpas. O estrago estava feito.

Flávio negou qualquer vínculo. Sua campanha acionou o TSE. O ministro André Mendonça determinou a retirada de conteúdos que apresentassem como verdadeira a informação de que o candidato ou sua família pretendiam retirar o título de Nossa Senhora Aparecida. Classificou a associação como "notoriamente inverídica". Mas, o ministro Flávio Dino invalida a medida.

O EFEITO POLÍTICO

A controvérsia ganhou vida própria. A associação entre o candidato e uma suposta ameaça à Padroeira passou a circular junto de debates sobre fé, valores e identidade, e isso explica a força que o tema adquiriu.

É preciso distinguir mobilização social de estratégia institucional. A reação de católicos, padres, influenciadores e grupos ligados à Igreja mostra repercussão, mas não autoriza concluir que exista uma ação coordenada da Igreja Católica na eleição.

O que se pode afirmar é que a religião entrou no centro da disputa por um caminho inesperado: não por decisão de campanha, mas pela circulação de uma informação que acabou sendo corrigida.

DA CORRUPÇÃO AO SAGRADO

O episódio deslocou o eixo da campanha. Uma controvérsia nascida de um projeto de 2007 passou a disputar espaço com economia, corrupção e o caso Banco Master. O debate migrou para outro terreno: o da fé, da identidade e dos símbolos nacionais.

Até então, a clivagem religiosa estava muito associada ao eleitorado evangélico. Lula buscava ampliar seu diálogo com esse segmento, enquanto a dimensão católica de seu eleitorado permanecia menos explorada.

A controvérsia envolvendo Nossa Senhora recolocou o catolicismo no centro da cena. Uma informação corrigida acionou emoções, identidades e referências religiosas que vinham recebendo menos atenção. E, em vez de falar apenas a linguagem dos louvores, a campanha passou a incorporar símbolos e referências católicas.

O PESO DOS CATÓLICOS E A VOZ DA CNBB

Esse movimento não é trivial. Os católicos representam mais da metade do eleitorado brasileiro, um contingente numeroso, capilarizado e politicamente relevante. E sua principal instituição, a CNBB, exerce influência moral e simbólica que atravessa dioceses, paróquias e comunidades.

A CNBB, aliás, entrou no episódio. Após a circulação da informação falsa, Flávio Bolsonaro afirmou que a Conferência teria criado fake news sobre sua candidatura. A CNBB reagiu de forma contundente: classificou a acusação como mentira e reafirmou que não produz conteúdos desse tipo. A manifestação ampliou a visibilidade da controvérsia e reforçou a sensibilidade do tema entre católicos.

Primeiro movimento mensurável

A pesquisa Quaest divulgada em 28 de setembro, registrou crescimento de Lula entre eleitores católicos. Não se trata de estabelecer causalidade direta, mas de reconhecer que, no mesmo momento em que o catolicismo voltou ao palco da campanha, o segmento apresentou seu primeiro movimento mensurável.

Por ora, há uma conclusão possível: Nossa Senhora Aparecida entrou na campanha presidencial. E, quando a Padroeira entrou em cena, o debate religioso deixou de falar apenas a linguagem evangélica e passou também a falar a linguagem católica , uma linguagem que, historicamente, o Brasil conhece muito bem.

ANDRÉ NAVES
Defensor Público Regional de Direitos Humanos em SP

Soberania é inclusão: o Brasil não cabe no quintal de ninguém

Um país soberano é a única oportunidade de Inclusão das Pessoas com deficiência. Nenhuma nação é meio para os fins de outra — e nenhum indivíduo pode ser tratado como instrumento para os fins de nenhum poder, interno ou externo.

Quando Kant escreveu que o ser humano é fim em si mesmo, formulou muito mais que apenas uma ética individual: desenhou os fundamentos primordiais de toda comunidade política.

É que cada indivíduo carrega, intrinsecamente, um feixe de qualidades positivas e também de limitações. Assim, os indivíduos devem, de forma livre e autônoma, buscar coletivamente, de mãos dadas, a superação dos diversos obstáculos do cotidiano: naquilo em que alguns são fortes, completam as características limitantes dos outros, e vice-versa.

Num país soberano, que não serve como meio para finalidade de nenhuma outra potência, cada pessoa é fim em si mesma, objeto único de valor. Isso significa autonomia: a disposição para cada um ser senhor de si, e escolher caminhar ao lado de outras pessoas por livre vontade, e não imposição, nem dependência.

No entanto, a Soberania vai sendo concretizada no dia-a-dia, pelo nosso trabalho, pela nossa luta, pela escolha dos governantes.. Isso significa que ainda somos o quintal de muitos na medida em que, cotidianamente, reproduzimos barreiras e estruturas sociais excludentes.

Ou seja, ainda não conseguimos perceber todo o valor que existe nas Pessoas com deficiência. Se ambientes e sociedades mais plurais e diversos são também mais criativos e inovadores, estamos desperdiçando talentos e recursos com a reprodução de exclusões sociais.

O Censo 2022 contabilizou 14,4 milhões de brasileiros com deficiência, 7,3% da população — e a Pnad Contínua do IBGE, em sua metodologia, chega a 18,6 milhões, 8,9%. É um contingente maior que a população de muitos países soberanos. Entre eles, a taxa de participação na força de trabalho é de 29,2%, contra 66,4% das pessoas sem deficiência. E os que trabalham recebem, em média, apenas 70% da renda dos demais — quando conseguem entrar: as pessoas com deficiência ocupam menos de 1% dos empregos formais do país.

A taxa de analfabetismo entre pessoas com deficiência com 15 anos ou mais é de 21,3% — quatro vezes maior que os 5,2% do restante da população. Entre os jovens de 15 a 29 anos, a diferença é ainda mais brutal: 12,2% de analfabetismo, contra 1% — doze vezes maior. São 63,1% sem instrução ou sem ensino fundamental completo, na contramão dos 32,3% sem deficiência, e apenas 7,4% concluíram o ensino superior. É como se o país tivesse decidido que a educação e o aprimoramento pessoal não eram para ser acessado por eles.

Como consequência dessa nossa escolha diária, a pobreza completa o retrato: quase 61% das crianças e adolescentes com deficiência viviam abaixo da linha da pobreza. Ou seja, decidimos descartar milhões de indivíduos capazes por puro preconceito excludente!

Não é falta de talento, não é falta de capacidade. É exclusão estrutural, repetida e normalizada socialmente. A Lei de Cotas, em vigor há mais de três décadas, determina que empresas com cem ou mais empregados reservem de 2% a 5% das vagas para pessoas com deficiência — e ainda assim menos de 1% dos empregos formais são ocupados por elas.

Boa parte das empresas não cumpre a cota, e entre as que cumprem, prevalece a inclusão performática: a pessoa é contratada para fazer número, não para decidir. Raros são os cargos de deliberação executiva, os conselhos de administração, as altas diretorias.

O Brasil tem um dos sistemas jurídicos mais avançados do planeta — a Convenção de Nova York tem status de emenda constitucional, a Lei Brasileira de Inclusão, a Lei Berenice Piana —, mas a lei mais bem escrita do mundo não produz alterações no mundo real sem atividade econômica, vontade política e mobilização social.

Dessa maneira, fica evidente que a lógica do quintal e a lógica do capacitismo são a mesma. Ambas nascem de um gesto idêntico — a pretensão de que o valor de alguém pode ser definido em função de outros interesses, com outras prioridades e valores.

O capacitismo é a falta de soberania: a decisão de que a norma de um grupo determina quem vale e quem não vale. Por isso a luta contra um e contra o outro é uma luta só. E por isso a soberania econômica e tecnológica também é política de acessibilidade: cadeiras de rodas, órteses, próteses, leitores de tela, audiodescrição. Em outras palavras, quem não domina sua infraestrutura digital, seus semicondutores, a governança de sua inteligência artificial, não decide os preços, os rumos e os limites das ferramentas que poderiam incluir milhões de corpos e mentes.

Soberania não é isolamento. Não se trata de irresponsabilidade fiscal. Pelo contrário! Trata-se de inverter a ordem dos fatores: não é o orçamento que decide a Dignidade; é a Dignidade que decide o orçamento. A exclusão de 18,6 milhões de brasileiros não é natural; é escolha orçamentária!

Soberania, assim, é cuidado com o próprio povo: o direito de decidir, democraticamente, que ninguém fica para trás. Que todos caminhem juntos, lado a lado. Nesse sentido, autonomia é caminho e destino.

Que a grandeza do Brasil seja medida não pelo tamanho de sua economia, mas pela disposição de receber seus 18,6 milhões de cidadãos com deficiência na casa que é deles! Na casa de todos nós!